

HABEAS CORPUS Nº 514.421 - RJ (2019/0163484-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RARY GEERT DIAS VEENHIUS (PRESO)

DECISÃO

RARY GEERT DIAS VEENHIUS, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** na Apelação Criminal n. 0001242-47.2017.8.19.0081.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 15 dias-multa, pela prática do delito do art. 157, § 2º, I e II, por duas vezes, na forma do art. 70, ambos do Código Penal.

Neste *writ*, a impetrante pleiteia a fixação do regime inicial semiaberto, por ausência de motivação idônea a justificar o estabelecimento do regime mais gravoso.

O pedido não comporta acolhimento.

Com efeito, a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, por configurar matéria restrita ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado, regulada pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, demanda o exame acurado dos autos, motivo pelo qual serão devidamente apreciadas no julgamento do mérito deste *writ*.

Ademais, tenho que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, razão pela qual deverá ser analisado em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Os autos encontram-se devidamente instruídos, motivo pelo qual dispenso a solicitação de informações.

Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

